

PARA ABAIXO DA LINHA DO EQUADOR: O *standpoint* e as produções feministas acadêmicas do terceiro mundo*

Darlane Andrade**

Resumo

Este artigo discorre teoricamente sobre a proposta epistemológica feminista perspectivista – o conhecimento situado, ou *standpoint*, com fins a refletir acerca das produções feministas acadêmicas do terceiro mundo, partindo do questionamento: *Quem, em que língua, para quem* o conhecimento é produzido? O artigo faz uma breve apresentação da ciência feminista, as críticas feitas à ciência tradicional positivista e androcêntrica, a importância do conceito de gênero na consolidação do feminismo como ciência, para chegar a discorrer sobre a proposta de se construir o conhecimento de modo situado e responsável, na medida em que toda fala vem de um ponto de vista, que deve ser mencionado e reconhecido. O texto é finalizado com uma reflexão a partir das produções de feministas do terceiro mundo, apontando a importância de dar visibilidade a estas, inclusive em contexto nordestino brasileiro, colaborando para uma ciência feminista mais plural.

Palavras-chave: *standpoint*, ciência feminista, produções acadêmicas do terceiro mundo

Abstract

This article discusses theoretically the perspectivist feminist epistemological proposal –situated knowledge, or standpoint, aiming to reflect upon academic feminist productions from the Third World, based on the question: Who, in which language, for whom the knowledge is produced? This article elaborates a brief presentation of feminist science, the critique made to traditional positivist and androcentric science, and the importance of the concept of gender to the consolidation of feminism as a science. It proposes the building of a situated and responsible knowledge, to the extent that every speech comes from a point of view that must be mentioned and recognized. The text concludes with a reflection based on feminist productions from the Third World, pointing out the importance of giving them greater visibility, especially in the context of the Brazilian Northeast, collaborating, as such, to the building of a plural feminist science.

Key words: *standpoint*, feminist science, third world academic productions

* Este texto foi construído durante a realização do curso de Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, na Universidade Federal da Bahia, em 2009 e atualizado para publicação nesta revista.

** Darlane Silva Vieira Andrade possui graduação em Psicologia pela Faculdade Ruy Barbosa; Mestrado e Doutorado em Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da UFBA com auxílio da CAPES; Docente do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia.

Introdução

O título deste artigo foi inspirado pela lembrança que tenho de *e-mails* que recebia de um amigo canadense, há alguns anos atrás. Os *e-mails* eram iniciados assim: *Hi, how is everything down Equator?* – Oi, como estão as coisas abaixo do Equador?. Hoje, estudando teoria feminista e em especial ao ler o texto de Mac Dowell dos Santos, “Quem pode falar, onde e como? Uma conversa ‘não inocente’ com Donna Haraway” (1995), finalmente encontrei tradução para o que sentia quando o lugar desde onde eu estava (e estou) era referido como “abaixo”. O limite delimitado pela imaginária linha do Equador não separa (geograficamente) somente povos, culturas e sociedades, mas demarca quem possui mais poder e quem é subjugado socioeconomicamente no mundo inteiro, ou seja, quem está “acima” ou “abaixo” dos privilégios do “desenvolvimento”, inclusive para produzir conhecimento, incluindo o conhecimento feminista.

Maria Cecília Mac Dowell dos Santos (1995), inspirada por Donna Haraway (1995), discute a proposta da construção do conhecimento situado e o lugar de onde os/as subjugados/as produzem conhecimento, e questiona sobre *Quem*, em que *língua* e *para quem* o conhecimento é produzido? Partindo destes questionamentos, o presente texto se propõe a discorrer teoricamente sobre as bases e características da epistemologia feminista do *standpoint*, ou o conhecimento situado, embasado nas propostas de Donna Haraway (1995) e Sandra Harding (1998; 1996), principalmente, para refletir sobre a (nossa) posição das feministas do terceiro mundo, as que se localizam no sul global, “abaixo” dos grandes centros de produção de conhecimento. E das que, mesmo estando nos países desenvolvidos e ocupando lugares nos centros de pesquisa/universidades, são vistas como “estrangeiras” – as cientistas negras, as camponesas, as latinas, dentre outras.

Maria Cecília Mac Dowell dos Santos (1995) retrata sua experiência como estrangeira em solo norte-americano, onde cursou Doutorado. Na ocasião, assistindo a aulas de duas mulheres concorrendo a uma vaga na universidade de Berkley, ouviu comentários sobre a candidata americana ter sido considerada mais

articulada em sua fala do que a indiana. A partir daí, começa a se questionar sobre os privilégios do lugar de onde se produz o conhecimento e discute a proposta de Donna Haraway (1995) acerca do *standpoint*, problematizando a necessidade desta construção acontecer a partir de uma identidade.

Autoras feministas contribuem também para falar da experiência desde o ponto de vista do terceiro mundo e de “estrangeiras” no primeiro mundo como Glória Anzaldúa (2000) que é de origem mestiça e camponesa, nascida no Texas, e escreve para as “mulheres de cor” e Ella Shohat (MALUF; COSTA, 2001; SHOHAT, 2002) que se denomina como “árabe-judia”, e viveu os deslocamentos – Iraque, Israel/Palestina e Estados Unidos, onde exerce a função de professora universitária. Outras autoras indianas, mexicanas, brasileiras que em seus textos, propõem a reflexão sobre o lugar de onde estão falando, colaboram para a proposta epistemológica de um feminismo mais plural e democrático.

Feminismo e Ciência

A trajetória do feminismo como movimento social e como ciência é a história do processo de dar voz aos/as subjugados/as que ficaram silenciados/as ao longo dos tempos, porque o poder de participação na sociedade e de construção do conhecimento estava, em grande medida, nas mãos dos homens – brancos, burgueses, adultos, cristãos, de países desenvolvidos/do norte global. Questões históricas, sociais e culturais deixaram as mulheres à margem deste cenário, porque não tinham o direito à cidadania, à educação ou quando o tinham, não ocupavam espaços de destaque na produção científica. Elas eram auxiliares de pesquisa ou utilizavam de codinomes masculinos em suas publicações, por exemplo (ROSE, 1996).

O movimento feminista liderado por mulheres europeias e burguesas, em sua origem entre o século XIX e meados do século XX, buscou lutar a favor do reconhecimento de direitos das mulheres como cidadãs. Este movimento se espalhou pelo mundo e ganhou força nos anos de 1960 e adesão de mulheres de diferentes classes sociais, cor/etnia, nacionalidades e gerações, tornando-se multifacetado diante das

diferentes propostas de luta contra a opressão da mulher e desta diversidade de mulheres que dele participava (COSTA; SARDENBERG, 1994).

O feminismo adentrou na academia a partir dos anos setenta, juntamente com as mulheres cientistas (e feministas) que levaram os ideais do movimento para a produção de conhecimento, tecendo críticas à ciência tradicional na busca de se construir uma nova ciência: não-androcêntrica, não-positivista e que integrasse o caráter político na construção do conhecimento. As principais críticas se destinavam ao androcentrismo, ao positivismo, aos dualismos, aos ideais de neutralidade que invisibilizavam os sujeitos cognoscentes e a subjetividade envolvida na relação sujeito e objeto, além da não visibilidade dos/as subjugados/as na participação da construção do conhecimento ao longo da história, principalmente as mulheres (HARDING, 1996; 1998; HARAWAY, 1995; SARDENBERG, 2002; OLIVEIRA; AMÂNCIO, 2006; NARAYAN, 1997; SCHIENBINGER, 2001).

De acordo com Sandra Harding (1996), os principais pressupostos da crítica feminista à ciência se dirigem ao androcentrismo na produção científica e a preocupação em construir modos de fazer ciência politicamente implicados. Para a autora, o chamado “empirismo feminista” tinha como foco a discriminação e sub-representação das mulheres na ciência e a manutenção das metodologias positivistas mostrava evidências desta sub-representação. Estas metodologias mantinham intocáveis os valores de neutralidade e objetividade, fazendo a mesma ciência tradicional. A solução para esta sub-representação consiste nas medidas de ação afirmativa e também de atração de jovens licenciadas para investigação, com objetivo de aumentar a representação das mulheres nas disciplinas. O objetivo era fazer, então, uma ciência em que o sexismo e o androcentrismo seriam eliminados dos resultados das investigações (HARDING, 1996; HARAWAY, 1995; SCHIENBINGER, 2001).

A crítica feminista evidencia também as relações de poder constitutivas da produção dos saberes – ideia respaldada em filósofos pós-modernos como Michel Foucault. A proposta é que se pense o mundo fora do campo determinista e objetivista. O feminismo

acadêmico, neste sentido, se apropria das características pós-modernas e pós-estruturalistas que condizem com a proposta de quebra de hierarquias e crítica às metanarrativas, visando a relativização dos conceitos e categorias bem como a sua construção social, cultural e histórica, enfatizando o discurso enquanto prática política. Nesta perspectiva, o sujeito deixa de ser visto como natural e determinado e passa a ser visto em sua dinamicidade.

Segundo Margareth Rago (1998, p. 27), as teóricas feministas “propuseram que o sujeito fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas”. Assim, a mulher deveria ser pensada como “uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinares e pelos discursos/saberes instituintes” (RAGO, 1998, p.27). Neste sentido, as feministas buscam a desconstrução do mito de uma condição feminina universal, segundo Maria Odila Dias (1994).

As críticas à ciência foram ponto de partida para se pensar no conhecimento construído por mulheres e na produção de uma ciência feminista. As mulheres na academia colaboraram para transformar a forma de se fazer ciência, repensando seus métodos e os objetos, trazendo questões do âmbito privado para estudo nas diversas áreas. Também resgataram a participação das mulheres na história da humanidade, a partir da visibilidade destas nos estudos históricos e abriram um novo campo de estudo com criação da área de “estudos de mulheres” em importantes universidades nos países desenvolvidos e em seguida, nos em desenvolvimento como o Brasil (MACHADO, 1998).

Os “estudos de mulheres” ganharam um novo olhar com a inclusão da categoria gênero para análise das relações sociais. A categoria gênero permite uma análise mais complexa das relações interpessoais na medida em que “desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais” (RAGO, 1998, p. 27).

O conceito de gênero como construção social das diferenças sexuais em um primeiro momento nos

estudos, se referia às mulheres. No entanto, a incorporação do conceito em sua dimensão relacional, nas análises sociais, inaugura um novo campo de estudo, os “estudos de gênero”, e aponta a emergência de um novo paradigma metodológico. Esta transição dos “estudos de mulheres” para os “estudos de gênero” aconteceu em grandes centros universitários na Europa, Estados Unidos e em países do chamado terceiro mundo. O novo paradigma metodológico é justificado por três motivos: o gênero rompe com noções biológicas de sexo, firmando, assim, a noção social de gênero; o privilégio metodológico das relações de gênero; e pela afirmação da transversalidade de gênero: gênero deve ser visto de forma transversal com outras categorias como as de raça/etnia, classe, idade/geração, nacionalidade/localidade (MACHADO, 1998).

A categoria gênero desde uma perspectiva feminista tem significado que vai além da desnaturalização do sexo e perpassa as relações de poder, os símbolos, significados e inclui elementos subjetivos (SCOTT, 1988). Sua construção envolve também tecnologias como aponta Tereza de Laurettis (1994) ao falar das “tecnologias de gênero”, que são as representações disseminadas pelos diversos discursos sociais e tecnológicos. Outro aspecto que envolve gênero é visto pela perspectiva pós-moderna de Judith Butler (2003) ao apontar seu caráter performático, no sentido de que – de modo bem resumido – gênero é construído na ação. Desde estas diferentes perspectivas, o conceito de gênero utilizado como categoria de análise deve trazer o aspecto político para o estudo das relações sociais sendo assim, condizente com a proposta do feminismo para a ciência.

O projeto feminista para a ciência tem um caráter político, abrange a inclusão das mulheres como sujeito e objeto de estudo, e propõe romper com o androcentrismo e o positivismo. O androcentrismo limita o/a pesquisador/a a fazer uso de uma metodologia de trabalho que segue a ideia de neutralidade, separa sujeito e objeto, é racionalista e dualista, busca verdades universais, é a-política e direciona os temas a partir do olhar dos homens brancos e ocidentais, e ainda: justifica cientificamente

a exclusão das mulheres nos meios científicos, colocando-as como seres inferiores, não dignos de ocuparem este lugar. (SARDENBERG, 2002; OLIVEIRA; AMÂNCIO, 2006; NARAYAN, 1997; SCHIENBINGER, 2001).

O fruto deste projeto é a própria ciência feminista. Esta ciência propõe uma reformulação dos métodos utilizados pelas ciências naturais, dar voz às minorias sociais, introduzindo novos objetos de estudo, como as mulheres e outros sujeitos considerados minorias sociais, valorizando a subjetividade do/a pesquisador/a e também as metodologias qualitativas, possibilitando a construção de um conhecimento não-hierárquico e não-homogeneizante (REINHARZ, 1992; HARDING, 1998; JAIVEN, 1998; NARAYAN, 1997; SARDENBERG, 2002; SCHIENBINGER, 2001; KELLER, 1996; LONGINO, 2005; SMITH, 1987).

As mulheres inseridas no bojo das discussões feministas seriam, como minorias, as pessoas ideais para falar de si e construir um conhecimento eminentemente feminista, assumindo o lugar vazio que a ausência das mulheres na ciência deixou ao longo da história, porque esta construção estava pautada em um modelo patriarcal e neste sentido, “a ideia da experiência feminina e da necessidade de dar voz às mulheres é, pois, uma das maneiras de se combater essa opressão patriarcal instalada na ciência” (OLIVEIRA; AMANCIO, 2006, p. 599).

A proposta de se fazer uma ciência feminista inaugura uma epistemologia¹ que privilegia o ponto de vista das mulheres. Segundo Uma Narayan (1997, p.276):

A tese fundamental da epistemologia feminista é que nossa posição no mundo, como mulheres, nos torna possível perceber e compreender diferentes aspectos do ambiente e das atividades humanas de forma que desafia o viés masculino das perspectivas aceitas. A epistemologia feminista é uma manifestação particular da percepção geral de que a natureza das experiências das mulheres como indivíduos e seres sociais, nossas contribuições ao trabalho, à cultura e ao conhecimento, nossa história e nossos interesses políticos, têm sido sistematicamente ignorados ou mal representados pelos discursos dominantes em diferentes campos (NARAYAN, 1997, p.276).

¹ Sandra Harding (1998) define epistemologia como “questões relacionadas com a teoria do conhecimento adequado ou com estratégias de justificativa do conhecimento” (p. 10).

Deve-se falar em epistemologias feministas (no plural) devido à existência de várias abordagens feministas dentro de um projeto feminista para a ciência. A epistemologia feminista busca minar o caráter universal e racionalista da ciência através de estratégias próprias: reinvenção de valores, críticas aos princípios da ciência positivista, inclusão da subjetividade e da emoção na pesquisa, rompendo com a separação entre sujeito e objeto e do fazer uma ciência desde fora (como se fosse possível uma postura neutra do/a pesquisador/a no processo de construção do conhecimento científico) (NARAYAN, 1997).

A inclusão da subjetividade e da emoção na pesquisa, reconhecendo o sujeito cognoscente como interligado ao seu objeto de estudo, do ponto de vista da epistemologia feminista, não mina a objetividade que caracteriza o fazer científico. A proposta é produzir uma objetividade feminista, diferente da positivista (DANSILIO, 2001; HARAWAY, 1995; HARDING, 1998, 1996). A objetividade na ciência feminista é o conhecimento situado, para Donna Haraway (1995).

O conhecimento situado ou *standpoint* são as teorias de perspectivas. Segundo Sandra Azeredo que escreveu uma nota de rodapé em texto de Sandra Harding (1995, p.14) estas são: “teorias desenvolvidas pelo feminismo a partir da afirmação de que o lugar de onde se vê (e se fala) – a perspectiva – determina nossa visão (e nossa fala) do mundo”. Nesta perspectiva, deve-se situar ou localizar quem é que está produzindo o conhecimento, de onde e para quem, o que caracteriza, nesse sentido, uma pesquisa responsável e crítica.

Esta perspectiva nasce de críticas às teorias pós-modernas que são aliadas às perspectivas discursivas e relativistas, em que o/a pesquisador/a produz o conhecimento de lugar nenhum e ao mesmo tempo, de todos os lugares, o que, para algumas autoras perspectivistas, foge da objetividade para se fazer ciência e produz uma ciência irresponsável (HARAWAY, 1995). A proposta do *standpoint* será discutida adiante, para se pensar desde o ponto de vista das feministas do terceiro mundo.

A proposta do *Standpoint*

Sem perder as bases dos principais pressupostos do feminismo como ciência que tem origem nas bandeiras levantadas pelo movimento feminista, as teorias do *standpoint* são herdeiras do feminismo radical e marxista. A vertente do feminismo radical questionava o sistema patriarcal e suas manifestações nas relações sociais, influenciou movimentos de contestação social e estava voltada para reeducação da mulher com objetivo de romper com a história de submissão (COSTA; SARDENBERG, 1994). A corrente radical leva em conta que a opressão que as mulheres cientistas sofrem no meio acadêmico e social, segundo João Oliveira e Lúcia Amâncio (2006, p. 598):

[...] antes de serem cientistas, partem de um determinado posicionamento na hierarquia social (etnicidade, sexo, classe, orientação sexual, nacionalidade, etc.). Este posicionamento é, pois, lido de forma a ser integrado na investigação propriamente dita. Assim, as mulheres seriam as cientistas ideais para estudarem as mulheres, evidenciando um privilégio epistêmico que adviria da sua própria condição feminina (OLIVEIRA; AMÂNCIO, 2006, p.598).

O feminismo marxista ou socialista debate sobre as questões de classe e opressão da mulher, contribuindo para a identificação de diferentes realidades para diferentes mulheres (COSTA; SARDENBERG, 1994). Na perspectiva socialista estão as bases da situação material em que o conhecimento foi construído. O materialismo histórico é uma referência importante, apesar das limitações da teoria para se entender as mulheres.

O marxismo colabora com a questão da divisão sexual do trabalho considerada fundamental para falar das diferenças (e opressão) entre homens e mulheres na sociedade. Esta divisão por sexo parte do pressuposto de que homens e mulheres têm construções subjetivas diferentes². Por isso, são-lhes atribuídas atividades diferentes, com valores diferenciados, privilegiando socialmente os homens. O trabalho dos homens está localizado no âmbito público relacionado à produção

² A psicanálise tem sido utilizada para auxiliar na explicação acerca das construções subjetivas em torno do masculino e feminino, com a teoria do complexo de Édipo e da dominação falocrática. Ver, por exemplo, Joan Scott (1988) e Gayle Rubin (1993).

de bens que geram mais-valia, enquanto as mulheres ficam restritas ao privado: o trabalho doméstico, ligado aos cuidados com o lar, à família e a reprodução de pessoas para força de trabalho. Por não gerar mais-valia, o trabalho feminino não tem o mesmo valor social que o trabalho dos homens. Da mesma forma, o marxismo trata o trabalho de produção e de reprodução como sendo iguais, não reconhecendo suas particularidades (HARTSOCK, 1987).

A construção dualista essencialista dos sexos coloca homens e mulheres em características opostas e diferentes: os homens estão vinculados à cultura e as mulheres à natureza. Assim, a epistemologia é construída a partir da masculinidade abstrata e do feminino concreto, ou seja, a construção do masculino é vinculada à inteligência e à mente e a construção do feminino ao corpo e ao natural. Segundo Nancy Harstock (1987, p.170):

A experiência masculina quando replicada como epistemologia deixa um número de outros fundamentalmente hostis com quem pode saber por meios de oposição e com quem alguém deve construir uma relação social para sobreviver. A experiência feminina na relação com o outro vai na direção oposta: em oposição aos dualismos, valores do concreto, vida cotidiana, senso de variedade de conexão e continuidade ambos com o outro. (HARSTOCK, 1987, p.170, trad. livre)

Assim, se a vida material estrutura a consciência, a relacionalidade das mulheres define a existência, experiência corporal de mudanças e atividades. Transformando ambos objetos físicos e seres humanos, há de se esperar que resultem em uma visão de mundo na qual dicotomias são estrangeiras: “como o mundo, a experiência das mulheres pode ser critério para o *standpoint*” (HARSTOCK, 1987, p. 171).

As regras do *standpoint* devem envolver: as conseqüências das atividades das mulheres para o entendimento das relações sociais; a experiência feminina forma as bases que expõe a masculinidade abstrata e reverte o próprio valor da atividade humana; há de se considerar como tendo o mesmo valor a atividade de produção da vida tanto quanto a de produção de bens; e deve-se considerar o caráter como um processo de análise e estrutura política em um espaço histórico particular (HARSTOCK, 1987).

O marxismo também colabora com a análise do capitalismo e sua importância para a produção de saberes, em especial sobre a perspectiva do proletariado. O *standpoint* do proletariado surge da contradição entre aparência e essência no capitalismo. Compreendido como historicamente essencial e constituído por relações de capitalismo e trabalho, o feminismo do *standpoint* emerge fora da contradição da aparência e essência no capitalismo (HARSTOCK, 1987). A saída proposta pelo socialismo é a revolução, com meios de igualar o valor dado aos trabalhos masculino e feminino, e institucionalizar a participação de homens e mulheres nos cuidados com a reprodução.

Compreender que o pensamento é construído a partir de bases materiais e que estas bases são diferentes para homens e mulheres é construir um conhecimento situado e romper com a ideia de neutralidade. Quem produz conhecimento está situado em um determinado lugar num certo contexto – social, de classe social, raça, geração, gênero, nação, dentre outros – que marca uma posição imbuída de valores³, sentidos e significados que não pode ser desconsiderada, porque interfere diretamente na produção do conhecimento. Se a construção de conhecimento está demarcada por certas posições, esta envolve então, relações de poder, que são construídas socialmente.

Marcadores de gênero, por exemplo, apontam como os homens durante muito tempo na história das ciências, foram autorizados a produzir conhecimento que tinha, deste modo, um referencial masculino desde a escolha dos objetos de estudo, à visão de mundo, trazendo uma visão distorcida – porque era unilateral e parcial – das práticas sociais como um todo, segundo Sandra Harding (1996).

A definição de conhecimento situado corresponde a uma “incorporação dos saberes, partindo da opção pela responsabilidade na produção dos saberes e pela sua

³ Sobre os valores no fazer científico, Sharon Crasnow (2004) aponta que estes existem em todo fazer científico, devendo ser reconhecidos porque interferem na escolha dos modelos que serão seguidos ao fazer ciência. Estes valores estão presentes na própria escolha do objeto. Escolhemos um aspecto da realidade para estudar e esta escolha se dá através de interesses e gostos pessoais, que tem que ser reconhecidos. Neste sentido, saberemos se os valores servem para uma boa ciência se estes direcionam a produção de conhecimento para o bem estar da humanidade.

localização sócio-histórica.” (OLIVEIRA; AMÂNCIO, 2006, p.601) Assim, não há um sujeito universal – a mulher – porque as experiências materiais, subjetivas e culturais (das mulheres) são diversas.

Esta perspectiva veio criticar a visão essencialista trazida pelo feminismo da diferença, o feminismo radical, que apesar de sua importância e ser base para as teorias perspectivistas, observa – e teoriza – sobre uma mulher universal e uma forma “feminina” de fazer ciência: por terem uma vivência social, afetiva e cultural diferente dos homens, levarão esta diferença para a ciência. Isso implica na eleição de temas “femininos” para pesquisar, em um modo “feminino” de conhecer utilizando, por exemplo, a empatia para lidar com o tema/objetos de pesquisa, o que acaba repetindo estereótipos referentes às mulheres e voltando ao essencialismo que a ciência feminista procura combater. Assim, a busca da diferença entre homens e mulheres interferindo na ciência, não serve de base epistemológica para novas teorias e práticas nas ciências, no sentido de que não há um estilo “feminino” ou “feminista” pronto (SCHIENBINGER, 2001).

As metas feministas objetivam construir instrumentos de análise que embase uma pesquisa científica. Estes instrumentos devem ser criados para incorporar “uma consciência crítica de gênero na formação básica de jovens cientistas e no mundo rotineiro da ciência” (SCHIENBINGER, 2001, p. 31).

Esta postura crítica é a base para a construção do conhecimento situado. Utilizando do marxismo como recurso para buscar uma visão objetiva da ciência, Donna Haraway (1995) é a favor do conhecimento situado para combater a objetividade na ciência científica descorporificada, que enviesada a ciência. O desafio para a ciência feminista seria encontrar uma explicação das contingências históricas sobre o conhecimento e ter compromisso com as explicações fiéis ao mundo real. E este desafio seria alcançado com uma doutrina de objetividade corporificada que acomodasse os projetos feministas críticos e paradoxais, que seria a objetividade feminista, que significa, neste sentido, saberes localizados, para Haraway (1995).

A ideia, portanto, é reconhecer que a construção do conhecimento científico é corporificada e assim, localizar e nomear de onde estamos e não estamos, nas dimensões do espaço mental e físico. A objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular, uma visão objetiva somente alcançada com a perspectiva parcial porque não se pode estar em todos os lugares ao mesmo tempo, e sim, pode-se estar em um lugar com a mobilidade de ir para outro lugar, localizando sempre este lugar.

A objetividade feminista “trata da localização limitada e do conhecimento localizado. Desse modo, podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver” (HARAWAY, 1995, p.22).

Sobre o tema, João Oliveira e Lígia Amâncio (2006, p.601) afirmam:

a objetividade na produção feminista assenta-se na parcialidade, no olhar contextualizado, em vez dos falsos universalismos da ciência positivista, indissociavelmente inscrita na metanarrativa patriarcal e moderna, em busca de verdades para a sua autolegitimação (OLIVEIRA; AMANCIO, 2006, p.601)

Neste sentido, a constituição de sujeito não é unificada e nem há separação entre o sujeito e o objeto. As subjetividades são múltiplas, localizadas e construídas, de modo que o próprio sujeito que conhece é parcial, ligando-se aos outros, por via da inter-subjetividade. Assim, não é a identidade que estrutura a posição de quem investiga, mas sim a afinidade parcial. Nesta perspectiva não há a glorificação do método da ciência positivista nem a busca por produção de verdades (HARAWAY, 1995).

Sandra Harding (1996; 1998; s.d.) afirma que uma epistemologia feminista do *standpoint* requer forte suporte de objetividade. O termo “objetividade forte” é utilizado para contrastar com fraca objetividade do objetivismo e seu relativismo, que, segundo ela, a epistemologia do *stanpoint* engloba. Para Harding (1996, p. 142), em seu texto “Strong objectivity”:

A epistemologia do *standpoint* chama para o reconhecimento de um relativismo histórico ou sociológico ou cultural-relativismo. Entende-se que toda crença humana inclui nossa melhor crença científica social situada, mas também requer uma evolução crítica para determinar em que situação social e tende a generalizar o que o maior conhecimento objetivo clama. Requerem, como relativismo, um acordo de relação entre crenças históricas localizadas e crenças objetivas maximizadas. Então, demandam o que chamo de objetividade forte, em contraste com objetividade

fraca do objetivismo e sem gêneros, relativamente julgamentado. (HARDING, 1996, p. 142. trad. Livre)

A objetividade forte vem da crítica ao relativismo cultural e despolitizado. Incorpora a participação consciente entre o eu e o outro, requer assim, que investigue a relação entre sujeito e objeto mais do que rejeita a existência ou a procura de um controle unilateral dessas relações: “a objetividade forte requer que o sujeito de conhecimento seja colocado na mesma crítica e plano causal como os objetos de conhecimento” (HARDING, 1996, p. 69).

“Objetividade forte” requer “reflexividade forte”, porque as crenças culturais interferem em todos os passos da construção do conhecimento. Assim o sujeito de conhecimento deve fazer parte do objeto de estudo. Segundo Harding (1996, p.69):

todo tipo de objetividade focada nas relações naturais e/ou sociais que são o objeto direto de observação e reflexão deve também estar focado no observador e seus refletores – cientistas e o meio social em que ele incorpora os valores (HARDING, 1996, p.69. trad. livre)

A autora, assim como Donna Haraway (1995), aponta que o estudo desde a perspectiva dos/as subjugados/as são ideais para maximizar os estudos críticos. Para Sandra Harding (1996), a objetividade forte requer que os projetos dos cientistas para suas comunidades sejam integrados em projetos de democracia com objetivos científicos e epistemológicos bem como moral e políticos.

A visão e a fala dos/as que estão “abaixo”

A perspectiva dos/as subjugados/as é aceita pelas feministas na construção de um conhecimento situado. Para Uma Narayan (1997, p. 277) “a epistemologia feminista assemelha-se aos esforços de muitos grupos oprimidos quando reivindicam para si mesmos o valor de sua própria existência”.

As diversas correntes do feminismo tentam estabelecer bases teóricas para uma confiança nesta perspectiva. As perspectivas dos/as subjugados não são “inocentes” porque estão abaixo das plataformas poderosas. São preferidas porque têm menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo o conhecimento, e por este posicionamento ser hostil às

várias formas de relativismo e às visões totalizadoras das alegações de autoridades científicas, segundo Donna Haraway (1995).

A autora considera que todas as mulheres já ocupam a posição de subjugadas, mas, dentre as mulheres há também hierarquias de classe, raça, geração, localidade/nacionalidade, e outras que devem ser vistas. Assim, traça um “argumento a favor do conhecimento situado corporificado, e contra as várias formas de postulados do conhecimento não localizáveis e, portanto, irresponsáveis.” (HARAWAY, 1995, p. 22). A proposta é ter cuidado para não romantizar a produção teórica dos subjugados, valorizando as diferentes culturas e experiências (NARAYAN, 1997).

Os posicionamentos dos/as subjugados/as também devem passar por uma avaliação crítica, que está dentro dos requisitos de objetividade para a ciência feminista. Requer um posicionamento parcial e móvel, e um distanciamento apaixonado, que dependem da “impossibilidade de políticas e epistemologias de ‘identidade’ inocentes como estratégias para ver desde o ponto de vista dos subjugados, de modo a ver bem”. (HARAWAY, 1995, p. 25). O argumento da autora aponta que “ser” algo limita a “ver” este algo. Para ela, não é possível alocar-se em qualquer perspectiva dada sem ser responsável por este movimento. A visão é feita por sujeitos não-isomórficos e contraditórios, que sustentam, através da posição parcial, a possibilidade de “redes de conexões dominadas de solidariedade na política e conversas compartilhadas na epistemologia” (HARAWAY, 1995, p. 25)

A visão é sempre uma questão do poder de ver – e talvez da violência implícita nas práticas de visualização. Isto se aplica para o testemunho a partir da posição de um “eu”, no sentido de que não estamos falando automaticamente para nós mesmos. Neste sentido, a “auto-identidade é um mau sistema de visão” (HARAWAY, 1995, p.25) e não produz ciência. O posicionamento crítico, parcial e móvel produz. Para a autora, uma “boa visão” requer “tradução” no sentido de interpretar, decodificar e desconstruir as posições dos subjugados.

Desde o ponto de vista de autoras não-americanas e não-européias, algumas considerações são feitas à perspectiva do *standpoint* – que tem como referência os estudos de teóricas americanas. Maria Cecília Mac Dowell dos Santos (1995) critica a afirmação de Donna Haraway (1995) sobre a identidade. Para ela, “como o sujeito cognoscente pode posicionar-se no mundo sem assumir qualquer identidade?” (DOS SANTOS, 1995, p.47) e sente falta de uma reformulação da noção de identidade e de diferença já que é disso que o *standpoint* trata. Da mesma forma não houve uma discussão no texto de Donna Haraway (1995) mais aprofundada sobre a tradução, no sentido de discutir *para quem* fazemos ciência e teoria feminista. Esta questão é importante para atingir o objetivo de democratização do conhecimento proposto pelo feminismo, quando, em se tratando de relações de poder, quem o tem é quem pode falar a língua dos colonizadores. E neste sentido, a língua dos subordinados fica silenciada.

Diferentes culturas e experiências das mulheres também requerem focos diferentes na teoria e na prática. Feministas indianas e de outras culturas cujos valores oprimem as mulheres, requerem uma teoria feminista que questione estes valores e neste sentido o foco das críticas não é o positivismo, como propõe Uma Narayan (1997, p.280):

A crítica ao positivismo tem valor diferente para as ocidentais e as não-ocidentais. As tradições indianas são inundadas por valores. Precisamos combater não as estruturas que afirmam a separação entre fato e valor, mas aquelas que são permeadas por valores contra os quais nós, feministas, nos opomos (NARAYAN, 1997, p.280).

A proposta de Narayan é entendida e reforçada na entrevista feita com Azadeh Kian-Thiébaud por Carmen Rial (2008) sobre o feminismo no Irã, e outros textos que retratam experiências e pontos de vistas de mulheres que vivem em culturas diferentes das ocidentais dos países desenvolvidos do norte global, como a de Ella Shohat (2002; MALUF; COSTA, 2001). Costumes que ainda oprimem e até mesmo impedem que as mulheres tenham contato com a literatura feminista são realidade em muitos países orientais. E aqui no ocidente, apesar de muitas formas de opressão terem sido vencidas, ainda assim há muito a ser conquistado para a garantia da equidade de

gênero em diversos espaços, incluindo na academia, bem como o reconhecimento e valorização das diferenças entre as mulheres que produzem conhecimento e que querem ser ouvidas.

Pensando nas relações de poder que perpassam a produção de conhecimento, qual é o lugar das latinas, chicanas, negras e outras diversidades de mulheres que querem falar? Elas (nós) produzem(imos) um conhecimento feminista a partir deste lugar “de baixo” e é importante o reconhecimento das diversidades existentes deste lugar, bem como das inúmeras e ricas possibilidades de se falar desta posição. Mas será que conseguimos produzir algo autêntico e próprio, tendo nossas referências as produções de brancas, burguesas americanas e europeias? E nossa voz está sendo ouvida por quem? Teremos sempre que aprender a língua dos colonizadores para termos uma melhor visibilidade?

Uma Narayan (1997) considera que os grupos oprimidos têm uma “vantagem epistêmica” pelo fato de terem conhecimento das práticas tanto de seus próprios contextos como daqueles de seus opressores. Isto faz com que procurem conhecer a cultura dos opressores, diferente destes que querem impor sua cultura e não se dispõem a conhecer outra. No entanto, como já posto neste texto, deve-se tomar cuidado com a idealização ou romantização da opressão para que esta não nos cegue “em relação aos seus reais despojamentos materiais e psíquicos” (NARAYAN, 1997, p. 289).

A visão e a fala dos/as oprimidos/as, dos/as subordinados/as, dos/as que estão “abaixo” deve ser crítica, política e, portanto, situada. Desde os diferentes lugares, a colaboração das feministas que estão abaixo da linha do Equador, se direciona para a construção de feminismos mais plurais e que possibilitam rupturas com antigos paradigmas e também com muitas formas de opressão.

Considerações Finais

Para finalizar, deixo aqui minhas impressões desde o lugar de uma latina, parda, na cidade de Salvador (capital da Bahia, estado nordestino, que tem maioria da população negra e mestiça), de classe média, jovem

psicóloga no meio acadêmico, que realizou o mestrado e o doutorado em um curso feminista. O que fica após o árduo e gostoso trabalho da produção de um texto, é a motivação para continuar aprender a situar de onde, para quem e como estou produzindo conhecimento, num movimento de construção responsável, crítica, reflexiva e política que a ciência feminista requer.

O lugar desde onde tenho aprendido a ser feminista e a construir uma ciência feminista é o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM)⁴, da Universidade Federal da Bahia, que idealizou e concretizou a organização de um Programa de Pós-graduação de caráter feminista, onde fui aluna. Na Bahia e no Brasil, o NEIM se destaca na área de estudos sobre a temática de gênero, mulheres e feminismo e é referência também na articulação do conhecimento com a militância, ou seja, um conhecimento comprometido com a transformação social.

Destaco o NEIM para falar sobre o lugar de um espaço situado no Nordeste brasileiro, que tem uma rica produção acadêmica e de participação histórica em movimentos sociais a favor das mulheres, principalmente, inclusive fazendo parte de projetos internacionais que visam a igualdade de gênero, mas, por estar localizado no nordeste brasileiro, talvez não tenha a mesma visibilidade de outros Núcleos

⁴ Na página deste Núcleo na internet conta com a seguinte descrição: “o Núcleo é reconhecido pela sua competência, tanto no âmbito nacional quanto internacionalmente, destacando-se dentre os principais centros de ensino e pesquisa na área dos estudos sobre a mulher e as relações de gênero do país. No âmbito nacional tal reconhecimento materializa-se com a criação do programa de **Pos-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM)**, o primeiro nessa temática no país e na América Latina. Em 2009, mais um passo foi dado no avanço dos estudos nessa área com a criação do curso de **Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade** com concentração em Políticas Públicas [...] Trata-se de uma graduação que visa à formação de profissionais que possam atuar na área de Gênero e Diversidade (raça/etnia, geração, direitos sexuais e outras desigualdades sociais) no planejamento, execução e avaliação de políticas públicas. Formado inicialmente por um pequeno grupo de professoras e alunas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, muitas oriundas do Grupo Feminista Brasil Mulher, o NEIM logo passou a contar também com a participação de docentes vinculados a outras unidades de ensino e pesquisa da UFBA”. Informações disponíveis em: <http://www.neim.ufba.br/wp/apresentacao/>

espalhados no eixo sul e sudeste do país, onde são áreas mais desenvolvidas sócio-economicamente (e onde a lógica de privilégios norte e sul se inverte).

O nosso lugar – me incluo por fazer parte deste Núcleo agora como pesquisadora – de pesquisadoras, mulheres baianas, brancas, pretas, pardas, na Universidade Federal da Bahia, foi visto durante muito tempo como estando “abaixo” das prioridades desta Universidade. O prédio onde aloca o NEIM já foi apelidado de a “baixa das sapateiras” – nome com referência a um bairro da cidade (Baixa dos sapateiros), e a representação das feministas como lésbicas (sapatonas) –, por estar em uma área abaixo do nivelamento do terreno (físico) comparado às outras construções na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, e por causar incômodo pelo seu caráter feminista. Atualmente este apelido não vigora e a perspectiva feminista tem ganhado (mais) respeito na instituição bem como o NEIM se mantém na sua proposta de promoção da práxis feminista. Em publicação comemorativa aos 20 anos deste Núcleo, Cecília Sardenberg e Ana Alice Costa (2008), duas de suas fundadoras, retratam-no:

O processo de desenvolvimento daquele NEIM, formado inicialmente por um pequeno grupo de professoras e alunas do Mestrado em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, para o NEIM de hoje - que vivencia um momento de transformação em unidade de ensino e pesquisa -, demandou muita luta, muito enfrentamento, muitas barreiras a serem rompidas e certamente muito trabalho. Nos seus 25 anos de história, o NEIM cresceu: hoje é um órgão suplementar da Universidade Federal da Bahia, contando com uma equipe de mais de 25 pessoas, incluindo-se professoras pesquisadoras, pesquisadoras associadas, bolsistas, estagiárias/os e pessoal técnico-administrativo. Buscando realizar e incentivar o ensino e a pesquisa no campo dos Estudos sobre Mulheres e Relações de Gênero, o NEIM constituiu-se, desde o início, como grupo interdisciplinar e indissociado da comunidade, participando com ela numa multiplicidade de eventos e programas. Sua equipe tem marcado presença nos meios científicos e feministas locais, nacionais e mesmo internacionais, por uma intensa atividade de cunho prático e acadêmico. (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 10)

Por fim, saliento que a produção feminista “desde abaixo” parece ter a característica de luta e enfrentamento de barreiras que querem impedir o levante da voz dos/as subalternos/as. A proposta do *standpoint* que foi discutida neste texto aponta para a existência de um lugar de privilégio como sendo aquele a partir do qual a experiência é construída, mas

quando este se localiza “abaixo” de outros privilégios – socioeconômicos, de saberes, etc., o enfrentamento é inevitável.

A proposta da perspectiva do *standpoint* na/para a ciência feminista, com suas bases marxistas, o reconhecimento da corporeidade do sujeito cognoscente e as rupturas com os universalismos e relativismos positivistas, permitem a reflexão e a postura de um/a pesquisador/a responsável pela sua produção. Da mesma forma, permite o reconhecimento das relações de poder dentro da ciência feminista que vai apontar *quem, para quem, em que língua, e como* o conhecimento será construído. Neste movimento, nós que estamos abaixo da linha do Equador, temos o compromisso de mostrar o quanto o feminismo é plural e como as diferenças devem ser discutidas, consideradas e afirmadas, para o fortalecimento de produções científicas feministas mais democráticas e acessíveis para todo o globo.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. Falando em Línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, Vol. 8, n.1, 2000, pp. 229-236.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar. Feminismos, feministas e movimentos sociais. Em: BRANDÃO, M. L. R.; BINGEMER, M. C. L. (org.) *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Ed. Loyola, 1994

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar. (org.) *O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008 Disponível em: <http://articulacaodemulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/06/TC-10-NEIM-UFBA-O-Feminismo-no-Brasil-1.pdf>. Acesso em 28 nov 2015

MALUF, Sonia Weidner; COSTA, Claudia de Lima. *Feminismo Fora do Centro: entrevista com Ella Shohat*. *Estudos Feministas*. (1) 2001, pp.147-163

CRASNOW, Sharon. How can science be both feminist and objective? A model-theoretic approach. Trabalho apresentado ao *XI Annual IAPh*, Goteborg, Suécia, junho de 2004. [online] Disponível em: <http://faculty.rcc.edu/crasnow/CrasnowIAPh.doc> Acesso em: 20 jan 2009

DANSILIO, Sergio. *La Defensa de la Objetividad em las Epistemologias Feministas*. 2001 [online] Disponível em: http://galileo.fcien.edu.uy/epistemologias_feministas.htm Acesso em 20 jan 2009

DE LAURETIS, Teresa. A Tecnologia do Gênero. Em: HOLANDA, Heloísa Buarque (org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, pp.206-242.

DIAS, Maria Odila Leita da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Revista Estudos Feministas*, vol. 2, n.2, 1994, pp. 373-386

DOS SANTOS, Maria Cecilia MacDowell. Quem pode falar, onde e como? Uma conversa “não inocente” com Donna Haraway. *Cadernos PAGU* (5), 1995, pp.43-72.

HARSTOCK, Nancy. The Feminist Standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism. In: HARDING, Sandra (ed.), *Feminism & Methodology*. Bloomington, Indiana: Indiana: Open University Press, 1987, pp. 157-180.

HARDING, Sandra. Rethinking Standpoint Epistemology: What is Strong Objectivity? In KELLER, Evelyn Fox; LONGINO, Helen E, (eds.), *Feminism & Science*, Oxford: Oxford University Press, 1996, pp. 235-248.

_____. “Strong Objectivity” and Socially Situated Knowledge (s.d.)

_____. Existe un método feminista? In: BARTRA, Eli (org) *Debates em torno a uma metodologia feminista*, México, D.F.: UNAM, 1998, pp.: 09-34

- HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos PAGU* (5) 1995: pp.07-41
- JAIVEN, Ana Lau, Cuando hablan las mujeres. In: BARTRA, Eli (org). *Debates em torno a uma metodologia feminista*. Mexico, D.F.: UNAM, 1998, pp.185- 198
- KELLER, Evelyn Fox. Feminism and Science. In: KELLER, Evelyn Fox; LONGINO, Helen E, (eds.), *Feminism & Science*, Oxford: Oxford University Press, 1996, pp.28-40.
- LONGINO, Helen. *Can there be a feminist science?* 2005. [online] Disponível em: http://www.cecwys.org/kontext/6ad3fcef/longino_can%20there%20be%20a%20feminist%20science.pdf Acesso em 30 jan 2009
- MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? *Cadernos PAGU* (11) 1998: pp.107-125
- NARAYAN, Uma. O projeto da epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (orgs) *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, pp.276-290
- OLIVEIRA, João Manuel de, AMÂNCIO, Lígia. Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 14 (3): 272, setembro-dezembro/2006 p. 597-615
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana M.; GROSSI, Miriam P. (orgs.) *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998, pp. 21-42
- REINHARZ, Shulamit. Introduction. In: _____ *Feminist Methods in Social Research*, New: Oxford: Oxford University Press, 1992, pp. 3-17
- ROSE, Hilary. Nada menos que metade dos laboratórios. In: ROSE, Steven e APPIGNANESI, Lisa. (orgs). *Para uma nova ciência*. Lisboa: Gradiva, 1989, pp. 221 -244
- RUBIN, Gayle. *Tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" dos sexos*. Traduzido por S.O.S. Corpo. Recife, 1993. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919> Acesso em 20 jun 2006
- SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. (org) *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. 320p. - (Coleção Bahianas; 8)
- SCHIENBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru, SP: EDUSC, 2001
- SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. In: _____ *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1988, pp.28-52. [Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo e Cidadania, 1993]
- SHOHAT, ELLA. A vinda para a América: reflexões sobre perda de cabelos e de memória. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2002, vol.10, n.1, pp. 99-117. ISSN 1805-9584. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11631.pdf> Acesso em 28 nov 2015
- SMITH, Dorothy. A perspectiva das mulheres como uma crítica radical à sociologia. ("Women's Perspective as a Radical Critique of Sociology", In: HARDING, Sandra (ed.), *Feminism & Methodology*. Bloomington, Indiana: Indiana: Open University Press, 1987, pp. 84-96. Tradução de Maurício, revisão de Cecilia M. B. Sardenberg.)